

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da

INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

Franca – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira **INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa entidade, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 – item 5 do Conselho Federal de Contabilidade.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Conforme NBC TA 700 – item 40(b) é compulsório apenas para as entidades listadas, o fornecimento também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicados de todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

A descrição em nosso relatório de auditoria, dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria, conforme NBC TA 701 – item 5 é compulsório apenas as entidades listadas. A obrigatoriedade desses assuntos às entidades listadas, não são aplicáveis a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2018.



INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais

ATIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição		78.182	19.059
Caixa e equivalentes de caixa – com restrição		251	4.223
Aplicações financeiras – sem restrição	03	3.241.047	3.277.800
Contas a receber – líquido de provisão		82.935	56.593
Anuidades a receber		1.512	-
Estoques		94.341	63.490
Outros ativos circulantes		807	693
Total ativo circulante		3.499.075	3.421.858
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos judiciais		36.732	30.746
Bens destinados a renda	04	23.664.872	23.643.894
Imobilizado com restrição	05	174.527	187.393
Imobilizado sem restrição	05	3.464.219	3.098.730
Total ativo não circulante		27.340.350	26.960.763
TOTAL DO ATIVO		30.839.425	30.382.621

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais

PASSIVO	Nota	2017	2016
CIRCULANTE			
Fornecedores		-	7.131
Obrigações sociais e fiscais	06	400	946
Provisão de férias		34.299	39.107
Subvenções Governamentais relacionadas a ativos	07	17.004	23.369
Receitas antecipadas		13.600	1.325
Outros passivos circulantes		1.929	-
Total passivo circulante		<u>67.232</u>	<u>71.878</u>
NÃO CIRCULANTE			
Subvenções Governamentais relacionadas a ativos	07	111.951	124.165
Total passivo não circulante		<u>111.951</u>	<u>124.165</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio líquido		30.660.242	30.186.578
Total do patrimônio líquido		<u>30.660.242</u>	<u>30.186.578</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>30.839.425</u>	<u>30.382.621</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

Demonstração do Resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e de 2016

Em Reais

RECEITAS	Nota	2017	2016
Aluguéis		1.112.807	1.030.385
Subvenções e auxílios específicos	08	566.952	401.495
Doações		74.648	67.618
Receita de serviços - fazenda		209.065	204.519
Anuidades escolares - colégio		162.444	-
Receita serviços - colégio		5.612	-
Financeiras		287.981	387.688
Trabalho voluntário	16	84.228	67.446
Outras receitas		10.128	7.912
Total da receita		<u>2.513.865</u>	<u>2.167.063</u>
DESPESAS			
Aplicação das Gratuidades	15	(1.057.069)	(862.076)
Depreciação		(223.181)	(217.905)
Atividades Colégio		(226.414)	-
Administrativas e gerais		(436.310)	(423.451)
Tributárias		(9.460)	(1.797)
Trabalho voluntário	16	(84.228)	(67.446)
Financeiras		(3.539)	(396)
Total das despesas		<u>(2.040.201)</u>	<u>(1.573.071)</u>
Superávit/(déficit) do exercício		<u>473.664</u>	<u>593.992</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Doações Patrimoniais</u>	<u>Reserva de Reavaliação</u>	<u>Superávit/ (Déficit) Acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.868.395	671.233	24.052.958	-	29.592.586
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(235.771)	235.771	-
Transferência para patrimônio social	235.771	-	-	(235.771)	-
Superávit do exercício	-	-	-	593.992	593.992
Transferência para patrimônio social	593.992	-	-	(593.992)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.698.158	671.233	23.817.187	-	30.186.578
Realização da reserva de reavaliação	671.233	(671.233)	(235.771)	235.771	-
Transferência para patrimônio social	235.771	-	-	(235.771)	-
Superávit do exercício	-	-	-	473.664	473.664
Transferência para patrimônio social	473.664	-	-	(473.664)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.078.826	-	23.581.416	-	30.660.242

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

Demonstração de Fluxo de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em Reais

	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do período	473.664	593.992
Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	290.505	281.994
Perdas (ganhos) na alienação sobre o ativo imobilizado	65.279	399
Redução (aumento) do ativo		
Aplicações financeiras	36.753	(584.809)
Contas a receber	(26.342)	(5.658)
Outros ativos	(59.441)	(13.365)
Aumento (redução) do passivo		
Fornecedores	(7.131)	1.131
Obrigações sociais e fiscais	(546)	539
Provisão de férias	(4.808)	(4.033)
Outros passivos	12.275	(1.458)
Receita diferida	(16.650)	(18.186)
Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais	763.558	250.546
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de ativo imobilizado	(708.407)	(369.002)
Geração (utilização) de caixa em atividades de investimentos	(708.407)	(369.002)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-
Geração (utilização) de caixa em atividades de financiamentos	-	-
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	55.151	118.456
Caixa e equivalentes no início do período	23.282	141.738
Caixa e equivalentes no fim do período	78.433	23.282
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes	55.151	118.456

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA

Notas Explicativas da Administração as Demonstrações Financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 Em Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação **INSTITUIÇÃO FAMÍLIA CAVALHEIRO CAETANO PETRÁGLIA**, criada por prazo indeterminado, através de testamento, pelo Dr. Antônio Manoel Monteiro Petrágli, entidade de fins filantrópicos, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Franca, Estado de São Paulo, se destina a proteção e amparo de menores carentes de Franca.

2. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e levam em consideração a Norma Brasileira de Contabilidade – ITG 2002 (R1) específica para Entidades sem Finalidades de Lucros e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade para preparação de suas demonstrações financeiras.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

b) Apuração das receitas e despesas do exercício

As receitas e despesas são registradas considerando o regime de competência de exercícios, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, Avisos Bancários, Recibos e outros. As despesas da entidade são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

c) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas e premissas que incluem a provisão para contingências e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

d) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, contas a pagar e outros passivos.

e) Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediatas com baixo risco de variação no valor de mercado, e consideradas como equivalentes de caixa.

Aplicações financeiras

São registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Os valores do contas a receber são contabilizados considerando o regime de competência de suas operações.

Estoques

São demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excedem o custo de reposição ou valor líquido de realização.

Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, com as respectivas depreciações registradas pelo método linear, de acordo com as taxas mencionadas na nota explicativa n.º 05.

Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2017.

f) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões

As provisões são reconhecidas, quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Receitas Antecipadas

Refere-se a recebimentos antecipados de contratos de serviços educacionais que serão prestados durante o exercício de 2018.

h) Gratuidades

Estão demonstradas conforme legislação vigente lei n.º 12.101/09 e alterações e o decreto n.º 8.242/14.

i) Doações

As doações recebidas são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência

j) Aplicação de recursos

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – SEM RESTRIÇÃO

	2017	2016
Certificado de Depósitos Bancários	3.241.047	3.277.800
Total	<u>3.241.047</u>	<u>3.277.800</u>

O Estatuto da Entidade estabelece, como requisito, que os excedentes financeiros deverão ser aplicados integralmente na realização de seus objetivos, sendo vedada, em qualquer hipótese, a distribuição de bens ou de parcelas do patrimônio social. Dessa forma, a Diretoria irá utilizar integralmente o saldo acumulado da conta superávit do exercício e dos valores registrados em “Aplicações Financeiras” na consecução do respectivo objeto social, ou seja, serão utilizados em construções, reformas, benfeitorias, aquisição de bens do ativo imobilizado e na atividade fim.

4. BENS DESTINADOS A RENDA

	2017	2016
Terrenos	5.210.833	5.210.833
Terrenos c/ Edificações	4.860.417	4.860.417
Lotes Urbanos	10.772.793	10.772.793
Imóvel Rural / Terreno Rural	2.799.852	2.799.851
Terrenos – Saldanha Marinho	20.977	-
Total	<u>23.664.872</u>	<u>23.643.894</u>

5. MOVIMENTAÇÃO DO IMOBILIZADO

<u>Descrição</u>	<u>Taxa</u>	<u>Saldo</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>Saldo</u>
	<u>Anual</u>	<u>31.12.2016</u>				<u>31.12.2017</u>
	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
<u>Custo</u>						
Edificações	4	2.481.017	-	-	-	2.481.017
Imóveis rua comercio, 1373	2,85	-	429.600	-	-	429.600
Benfeitorias	4	348.693	3.291	-	-	351.984
Máquinas, equip. e instalações	10	127.144	1.690	-	-	128.834
Móveis e utensílios	10	255.166	1.200	-	-	256.366
Veículos	20	30.169	-	-	-	30.169
Computadores e periféricos	20	73.236	2.680	-	-	75.916
Equip áudio, vídeo e foto	10	34.506	-	-	-	34.506
Instrumentos musicais	10	1.695	-	-	-	1.695
Equipamentos de segurança	10	42.335	1.400	-	-	43.735
Construção e reforma prédios	10	900.307	262.830	(65.279)	-	1.097.858
Equip Informática c/restrrição	10	35.965	2.195	-	-	38.160
Máquinas equip c/restrrição	10	23.940	-	-	-	23.940
Móveis e utens c/restrrição	10	22.145	3.521	-	-	25.669
Rebanho de animais	-	5.770	-	-	-	5.770
Veículos c/restrrição	20	30.000	-	-	-	30.000
Biblioteca	-	22.879	-	-	-	22.879
Terrenos c/edif c/restrrição	2,5	125.667	-	-	-	125.667
Total		4.560.634	708.407	(65.279)	-	5.203.762
<u>Depreciação Acumulada</u>						
Edificações		(774.287)	(213.462)	-	-	(987.749)
Imóveis rua comercio, 1373		-	(6.444)	-	-	(6.444)
Benfeitorias		(90.309)	(9.948)	-	-	(100.257)
Máquinas, equip. e instalações		(89.563)	(7.000)	-	-	(96.563)
Móveis e utensílios		(146.052)	(14.226)	-	-	(160.278)
Veículos		(27.428)	(2.740)	-	-	(30.168)
Equipamentos de segurança		(5.417)	(3.907)	-	-	(9.324)
Instrumentos musicais		(805)	(168)	-	-	(973)
Equipamentos áudio / vídeo		(15.265)	(3.908)	-	-	(19.173)
Computadores e periféricos		(52.181)	(10.119)	-	-	(62.300)
Equip Informática c/restrrição		(12.301)	(3.615)	-	-	(15.916)
Máquinas equip c/restrrição		(10.151)	(2.393)	-	-	(12.544)
Móveis e utens c/restrrição		(5.368)	(2.249)	-	-	(7.617)
Veículos c/restrrição		(24.700)	(5.300)	-	-	(30.000)
Terrenos c/edif c/restrrição		(20.107)	(5.026)	-	-	(25.133)
Biblioteca		(577)	-	-	-	(577)
Total		(1.274.511)	(290.505)	-	-	(1.565.016)
Total		3.286.123	417.902	(65.279)	-	3.638.746

A entidade contratou a empresa SBA – Sociedade Brasileira de Avaliadores S/C Ltda para proceder reavaliação de seu ativo imobilizado, a qual emitiu laudo em agosto de 2006, conforme deliberação da lei n.º 6.404/76, no parágrafo 3º combinado com o disposto nos incisos II e IV do parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 6.385/76. O saldo da reserva de reavaliação da Entidade será mantido até a sua realização por meio de despesa de depreciação, alienação ou baixa por perda. A possibilidade de reavaliação espontânea de bens a partir de 2008 foi eliminada com as alterações introduzidas na legislação societária brasileira.

6. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2017	2016
INSS a recolher	-	25
IRRF a recolher	23	252
Contribuição confederativa/assistencial	-	428
Outros	377	241
Total	400	946

7. SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS RELACIONADAS A ATIVOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está contabilizando os valores decorrentes de Subvenção e Assistência Governamentais, conforme abaixo:

	2017	2016
Passivo Circulante	17.004	23.369
Passivo Não Circulante	111.951	124.165
Total	128.955	147.534

8. SUBVENÇÕES E AUXÍLIOS ESPECÍFICOS

	2017	2016
Convênio Municipal SME Lei 7.977/13	419.240	321.309
Convênio Municipal SEDAS Lei 8.332/15	129.132	-
Convênio SEDHAS 0154/16	-	30.000
Subvenção Munic. Projeto Habitar Livros Lei 8.380/16	-	32.000
Auxílio Estadual SEDHAS Convênio 554/12 - imobilizado	8.014	6.857
Auxílio Estadual SEDHAS Convênio 185/12 - imobilizado	5.300	6.000
Auxílio Municipal CMDCA Lei 7.888/13 - imobilizado	-	302
Auxílio Municipal SME Lei 7.623/11 - imobilizado	5.027	5.027
Auxílio SEDAS Convênio 154/16 - imobilizado	239	-
Total	566.952	401.495

9. RENÚNCIA FISCAL

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade tem os tributos mencionados abaixo com base de sua renúncia fiscal: INSS Quota Patronal, PIS sobre receitas, PIS sobre folha de pagamento, COFINS sobre receitas, ISS sobre receitas, IPTU, IRPJ, CSLL, IRRF s/ aplicações financeiras.

10. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA USUFRUÍDA

Em atendimento a legislação vigente os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante os exercícios de 2017 e de 2016, correspondem aos montantes de R\$ 221.970 e de R\$ 156.438, respectivamente.

11. CONTINGÊNCIAS

A Entidade está sujeita à contingências fiscais, legais, trabalhistas, cíveis e outras. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as possibilidades de eventuais perdas e ajusta a respectiva provisão considerando a opinião de seus assessores legais e os demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como a natureza dos processos e a experiência histórica.

12. IMUNIDADE COFINS

Atualmente há discussão jurídica se COFINS é devida ou não para as entidades sem fins lucrativos e filantrópicos. Por tratar-se de assunto que poderá ser regulamentado, a Administração optou em não constituir provisão.

13. DECISÃO JUDICIAL – IMUNIDADE PIS

A entidade está recolhendo através de depósito judicial os valores decorrentes de PIS sobre folha de pagamento com base em Decisão Judicial mediante o processo nº 0003573-35.2011.403.6113. Dessa forma, a Administração optou em não constituir provisão.

14. APLICAÇÃO EM SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONVENIOS ESPECÍFICOS

Em atendimento a ITG 2002 (R1) a Entidade está demonstrando a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes de tais recursos, conforme abaixo:

14.1. APLICAÇÃO EM SUBVENÇÕES E CONVÊNIOS

EXERCÍCIO			2017		2016	
Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Valores recebidos R\$	Valores aplicados em despesas R\$	Valores recebidos R\$	Valores aplicados em despesas R\$
Convênio Secretaria Municipal de Educação – SME	Ampliação da jornada escolar para crianças matriculadas na rede pública municipal de educação infantil.	Termo de Cooperação mútua celebrado com o município, para atendimento de crianças de 04 anos a 05 anos e 11 meses, no contra turno da escola.	419.240	422.854	321.309	328.458
Convênio Secretaria Municipal de Ação Social – SEDAS	Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes.	Serviço ofertado para crianças e adolescentes de 06 anos a 17 anos e 11 meses e respectivas famílias em observância à tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.	129.132	129.568	30.000	30.220
Subvenção Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Franca – CMDCA	Projeto habitar os livros-voluntário Banco do Brasil FIA 2015	Oferta de atividades de leitura e pesquisa para crianças de 04 a 05 anos e 11 meses de idade.	-	-	32.000	32.005
Total			548.372	552.422	383.309	390.683

A entidade aplicou o valor de R\$ 7.374 (sete mil trezentos e setenta e quatro reais) de recursos próprios a fim de complementar o valor total das despesas de custeio realizadas com subvenções públicas ao longo do exercício.

14.2. APLICAÇÃO EM AUXÍLIOS E CONVÊNIOS

EXERCÍCIO			2017		2016	
Modalidade e Órgão	Projeto	Responsabilidades Decorrentes	Valores recebidos R\$	Valores aplicados em despesas R\$	Valores recebidos R\$	Valores aplicados em despesas R\$
Auxílio Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDS (Convênio 185/12)	Aquisição de veículo automóvel para utilização como ferramenta de apoio logístico ao serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.	Emprego do veículo nos deslocamentos urbanos, para atendimento das crianças e respectivas famílias usuárias dos serviços socioassistenciais.	5.300	5.300	6.000	6.000
Auxílio Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDS (Convênio 554/12)	Aquisição de equipamentos diversos para aperfeiçoamento das atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.	Instalação dos equipamentos nas dependências físicas da Instituição, destinados ao atendimento das crianças e famílias usuárias dos serviços socioassistenciais.	8.014	8.014	6.857	6.857
Convênio Secretaria Municipal de Ação Social - Sedas (Convênio 154/16)	Aquisição de equipamentos diversos para aperfeiçoamento das atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.	Instalação dos equipamentos nas dependências físicas da Instituição, destinados ao atendimento das crianças e famílias usuárias dos serviços socioassistenciais	239	239	-	-
Auxílio Conselho Municipal Direitos da Criança e Adolescente de Franca – CMDCA (Lei 7.888/13)	Aquisição de computadores com intuito de oferecer aos usuários, infraestrutura e equipamentos adequados ao desenvolvimento das atividades de informática.	Instalação dos computadores no laboratório de informática com intuito de promover a inclusão digital de crianças por meio da oferta de equipamentos novos e adequados à realização das atividades de informática	-	-	302	302
Auxílio Secretaria Municipal de Educação – SME (Lei 7.623/11)	Obras de reforma, ampliação, acessibilidade e sistema de combate a incêndio nas dependências físicas da Infacape.	Adequação do espaço físico da Instituição, para atendimento das crianças beneficiárias, conforme determina a legislação aplicável.	5.027	5.027	5.027	5.027
Total			18.580	18.580	18.186	18.186

15. APLICAÇÃO DAS GRATUIDADES

Para atender os requisitos da legislação vigente lei n.º 12.101/09 e decreto n.º 8.242/14 a Entidade efetuou os seguintes procedimentos em gratuidades:

Exercício de 2017 - Valores demonstrados em Reais – R\$

Área	Gratuidades	Receitas	Receitas	Total	Quantidade
	Realizadas	Públicas de Custeio	Próprias	Despesas	De Atendidos
Educação	870.594	419.240	451.354	870.594	102
Assistência Social	186.475	129.132	57.343	186.475	50
Total	1.057.069	548.372	508.697	1.057.069	152

Exercício de 2016 - Valores demonstrados em Reais – R\$

Área	Gratuidades	Receitas	Receitas	Total	Quantidade
	Realizadas	Públicas de Custeio	Próprias	Despesas	De Atendidos
Educação	793.755	353.309	440.446	793.755	84
Assistência Social	68.321	30.000	38.321	68.321	50
Total	862.076	383.309	478.767	862.076	134

Os valores referentes as receitas de subvenções e auxílios públicos e as receitas próprias da entidade, foram 100% aplicadas em gratuidades, conforme demonstrado acima.

16. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Durante os exercícios de 2017 e de 2016 a Entidade apurou um custo de R\$ 84.228 e de R\$ 67.446, respectivamente decorrente de serviços voluntários utilizando o critério de reconhecimento do valor justo pela prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

17. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros estão apresentados no balanço patrimonial pelos valores de custo, acrescidos das receitas auferidas e despesas incorridas, os quais se aproximam dos valores de mercado. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e estabelecimento de sistemas de controles.

18. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade contratou seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir possíveis perdas com incêndio, danos elétricos, roubo de bens, etc.